

A (re)existência da comunidade caiçara da Barra do Una, litoral sul de São Paulo: um registro da diversidade de artes de pesca tradicionais e dos conflitos atuais¹

Mariana Santos Lobato Martins^{2,3}

Maria de los Angeles Gasalla³

²Mestranda do Programa de Pós graduação em Oceanografia da Universidade de São Paulo (IO USP/ Brasil).

³Laboratório de Ecossistemas Pesqueiros (LabPesq), Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IO USP/ Brasil).

Palavras chave: pesca artesanal; Unidades de Conservação; sociobiodiversidade

Introdução

As populações tradicionais são definidas, no Brasil, pelo decreto de número 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 (Brasil, 2007) como povos ou comunidades tradicionais que se reconhecem como tal e utilizam os recursos naturais e o espaço a partir de modos de vida culturalmente diferenciados, baseados na produção familiar e tecnologias de baixo impacto, derivadas de conhecimento transmitido oralmente (Arruda, 2000; Brasil, 2007; Diegues, 2014; Pereira & Diegues, 2010). No caso de comunidades tradicionais com intrínseca relação com a zona costeira e a pesca artesanal, encontram-se as comunidades caiçaras, que apresentam vínculo econômico e simbólico estrito com o oceano (Gasalla & Diegues, 2008), bem como um conjunto de valores e simbolismos que regem a relação com o meio natural, em especial ao mar e à Mata Atlântica (Sanches, 2001; Souza, 2004; Diegues, 2007). Esta categoria política e de mobilização de sujeitos sociais com existências coletivas, é também uma forma de acessar políticas públicas e construir narrativas de re-existência, politizando os usos dos recursos naturais, atrelados a conflitos latentes ou existentes (Toledo, 2001; Almeida, 2004; Carneiro da Cunha & Almeida, 2014)

Uma vez que há uma relação dialética dos povos e comunidades tradicionais com a natureza e entre a cultura e o modo de organização social, a conservação dos recursos naturais não é um processo puramente biológico, mas também social e cultural, logo, político (Toledo, 2001; Porto-Gonçalves, 2012; Diegues, 2014). Todavia, diversos processos de criação e implementação de áreas costeiras-marinhas protegidas,

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

semelhante a processos em terra, têm desconsiderado as particularidades dos modos de uso de recursos naturais dos diferentes grupos (Gómez-Pompa & Kaus, 1992; Diegues, 2000). Por muitas vezes marginalizando-os, uma vez que são incapazes de reconhecer que práticas de conservação e manejo podem existir em comunidades com crenças e valores distintos à visão “ocidental” de conservação (Gómez-Pompa & Kaus, 1992; Diegues, 2000, 2014; Aswani, 2004).

Assim, a combinação dos efeitos da crise da pesca artesanal (Gasalla & de Castro, 2016; Trimble & Berkes, 2015), degradação e alteração de ecossistemas costeiros, a crescente especulação imobiliária (Asmus & Kitzmann, 2004) e a criação de diversas áreas de proteção na zona costeira em áreas ditas “intocadas” no Estado de São Paulo (Souza & Serafini, 2018) implicam em degradação social, cultural e ambiental nos territórios caiçaras, bem como diversos conflitos socioambientais, configurando as populações caiçaras dentre os povos e comunidades tradicionais mais afetados (Asmus & Kitzmann, 2004).

Nesse sentido, a região da Juréia (litoral sul do estado de São Paulo), localizada em uma das regiões mais conservadas de Mata Atlântica (Nunes, 2003) é considerada emblemática para o movimento ambientalista na década de 80 que culminou na criação da Estação Ecológica Jureia-Itatins (EEJI). No entanto, unidades de conservação (UCs) sobre o território de populações tradicionais caiçaras vem historicamente gerando conflitos (Nunes, 2003; Diegues, 2007; Sanchez, 2016). Ao mesmo tempo, a Jureia é também um exemplo de participação e manifestação das comunidades tradicionais, o que, por sua vez, culminou na recategorização da EEJI no primeiro Mosaico de Unidades de Conservação do estado de São Paulo, o Mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins (MUCJI) (Figura 1), com duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (São Paulo, 2013), categorias que permitem conciliar, mesmo que de forma limitada, a conservação da biodiversidade com a sociodiversidade (Sanchez, 2016; Andriolli et al., 2016).

Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una (RDS BU) (Fig. 1), a Vila Barra do Una é uma vila caiçara de pescadores artesanais estuarinos e costeiros que se estende por quatro unidades de conservação estaduais (Souza, 2019; São Paulo, 2009). Os valores, crenças e a complexa relação com os recursos costeiros e marinhos continuam a exercer um papel fundamental no modo de vida e organização social da comunidade e no manejo de recursos naturais (Souza, 2004; Ramires *et al.*, 2007).

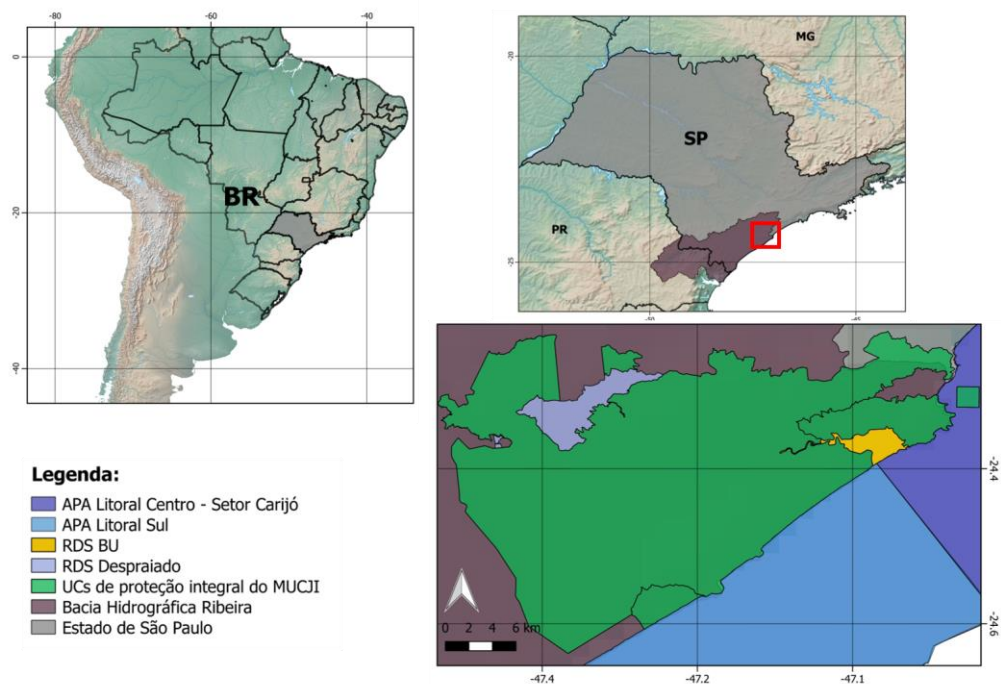


Figura 1 – Localização geográfica da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS BU), integrante da Bacia Hidrográfica do Ribeira, no litoral sul do estado de São Paulo e demais unidades de conservação relacionadas: unidades de conservação de proteção integral do Mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins (MUCJI), Reserva de Desenvolvimento Sustentável Despraiado (RDS Despraiado), APA Marinha Litoral Centro e APA Marinha Litoral Sul.

Os recursos naturais se estruturam, pelos povos e comunidades tradicionais, a partir de qualidades sagradas da natureza (‘kosmos’), da racionalidade e valor de uso das paisagens naturais manipuladas (‘práxis’) e do conjunto de conhecimentos local, coletivo, diacrônico e holístico (‘corpus’) (Toledo, 2001). O conhecimento tradicional de pesca², empiricamente construído e oralmente transmitido, relacionado ao forte vínculo com o ambiente costeiro-marinho, é parte imprescindível do corpus e práxis das comunidades caiçaras, pois são partes essenciais para a construção da identidade cultural ligada ao uso e ocupação de longa data nos territórios (Allutt, 2000; Berkes, 2003; Gasalla & Diegues, 2008; Leite & Gasalla, 2013). Ocupação tradicional pelas comunidades que, em inúmeros casos, irá entrar em disputa com as políticas de criação de unidades de conservação que se configuram como territórios de conflitos em seus diferentes aspectos, no qual a identificação e compreensão dos conflitos socioambientais são fundamentais para garantir a reprodução sociocultural das

² O qual pode ser definido como “conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer transmitidos oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução do seu modo de vida. No caso de comunidades costeiras, ele é construído por um conjunto de conceitos e imagens produzidos e usados pelos pescadores artesanais em sua relação com o ambiente aquático (marinho, lacustre, fluvial) e com a própria sociedade.” (Diegues, 2004, p.32)

comunidades atrelado à conservação biológica (Silva Pimentel & Ribeiro, 2016), ambos intimamente relacionados ao conhecimento tradicional de pesca e o modo de produção e organização da atividade.

O presente estudo investigou os conhecimentos associados à pesca artesanal tradicional, em especial as artes de pesca, o sistema de produção e organização pesqueira. Além de buscar compreender os conflitos socioambientais já estabelecidos ou emergentes decorrentes da criação, implementação e estabelecimento de unidades de conservação sobrepostas ao território tradicional.

Materiais e Métodos

As coletas de dados em campo foram baseadas em entrevistas, sendo que a listagem de interlocutores foi construída durante uma visita-piloto, e os critérios adotados para a seleção dos participantes foram: ser morador da comunidade vila Barra do Una, se considerar pescador artesanal caíçara e possuir tempo de pesca superior à 15 anos. A amostragem por experts, do tipo não probabilística (Gil, 2008), permitiu incluir pescadores experientes e com atuação anterior à primeira criação da RDS BU, em 2006 (Sanchez, 2016). Logo, aqueles profundos conhecedores do sistema da pesca local e de suas alterações no decorrer dos anos.

As entrevistas semiestruturadas investigaram aspectos do sistema de pesca artesanal tradicional, destacando-se o modo de produção pesqueira, as artes de pesca e a percepção dos impactos e/ou benefícios da RDS BU na atividade pesqueira da comunidade (Pajaro *et al.*, 2010). Todas as entrevistas foram digitalizadas, tabeladas e analisadas.

Para a investigação dos conflitos socioambientais³ dos pescadores com a UC, além das entrevistas semi-estruturadas, foi utilizada a observação participante em reuniões do Conselho Deliberativo da UC, e analisadas atas das mesmas fornecidas pela Fundação Florestal (SP). Cada conflito identificado foi classificado segundo Zhouri &

³ Que podem ser definidos como aqueles que envolvem “grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando ao menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos decorrente do exercício das práticas de outros grupos” (Acserald, 2004, p. 26).

Laschefski (2010). A partir do método de coleta de dados, essas tipologias e questões associadas a cada conflito foram sistematizadas para análise.

Resultados e Discussão

O grupo de pescadores entrevistados possui em média 36,8 anos de atuação na atividade pesqueira, sendo o tempo máximo de pesca de 62 anos e o menor 23 anos. O ambiente mais citado como local de pesca foi o estuário do Rio Una (45%), seguido pelo mar (30%) e Rio Comprido - ambiente dulcícola (25%), corroborando o apresentado por Souza (2019).

Identificou-se uma distinção cultural entre pescadores de estuário e de mar, sendo os pescadores que se aventuram no ambiente marinho considerados de grande coragem e conhecimento pelos demais. Utilizando do conceito de maritimidade⁴ (Diegues, 2004), a maioria dos pescadores se identifica com o ambiente estuarino do Rio Una e seus ciclos naturais de correntes, marés e fases da lua. Desta forma podemos caracterizar Barra do Una como uma comunidade de simbolismo tipicamente litorâneo. Todavia, comunidades não são um todo homogêneo (Atalay, 2012), logo, existem pescadores que se identificam com um espírito marítimo, com separação clara entre a terra e o mar, o último como local de apropriação econômica e sociocultural.

A análise das entrevistas nos indicou que a pesca é a principal atividade econômica dos interlocutores, sendo a tradição e a observação visual das características ambientais importantes na identificação dos melhores pontos de pesca. Logo, ser pescador é dominar conhecimentos e técnicas transmitidos entre as gerações, mas também contar com a sorte, “para uma boa pescaria não é suficiente o conhecer. É preciso ter sorte. A sorte traduz o outro lado da medalha: a existência móvel dos cardumes, o seu aparecimento nem sempre previsível” (Diegues, 2004, p. 165).

Ao mesmo tempo em que a pesca é principal fonte de renda, o pescado perde a importância em termos de subsistência. Assim, a pesca deixa de ser uma atividade complementar à agricultura destinada à subsistência para se tornar meio de produzir mercadorias destinadas ao mercado local, que se revertem em produtos industrializados e melhorias tecnológicas para as pescarias.

⁴ Definido por “conjunto de várias práticas (econômicas, sociais e, sobretudo, simbólicas) resultante da interação humana com um espaço particular e diferenciado do continental: o espaço marítimo” (Diegues, 2004, p. 16)

A relação com o mercado se dá através de atravessadores e/ou comércio direto para turistas em peixarias e restaurantes locais. Em relação ao comércio com intermediários, muitas das vezes os próprios pescadores têm de levar o pescado através de ônibus de linha, já que apenas quando a produção é grande que os atravessadores vão até a comunidade para escoamento do pescado. Nesse sentido, existe dependência do sistema pesqueiro tradicional para com os atravessadores e o mercado local, característico da pequena produção mercantil ampliada (Diegues, 2004).

Apesar da destinação da pesca para a produção de mercadorias com valor de troca e da importância dos atravessadores, diversas situações de divisão igualitária da produção pesqueira foram citadas imperando a “camaradagem”. Embora a propriedade das embarcações e artes de pesca seja individual, a unidade familiar e as redes de parentesco foram relatadas como centrais na escolha dos companheiros de pescaria, congruente com o modo de vida tradicional caiçara, no qual as diferentes atividades, dentre estas a pesca, “conectavam diretamente a alimentação com as relações interpessoais, o parentesco, a organização produtiva, as festividades e as expressões culturais” (Castro *et al.*, 2015, p. 554). Assim, a representação e defesa dos interesses dos pescadores incluem tanto a Colônia de Pesca de Peruíbe (Z5) e a Associação de Pescadores da Barra do Una quanto as relações de amizade e compadrio.

Uma vez que, “a distinção maior (...) está no surgimento (...) do que podemos chamar de corporação de ofício. Os pescadores artesanais se identificam com um grupo possuidor de uma profissão.” (Diegues, 2004, p. 168), os pescadores de Barra do Una se reconhecem enquanto profissionais, ou seja, como pescadores artesanais e se identificam com suas entidades representativas – Colônias de Pesca, mas não excluíram o sistema de compadrio e “companha” do sistema de pesca.

Porquanto, tais aspectos nos levam a concluir que há predominância da pequena produção mercantil ampliada dos pescadores artesanais como modo de produção pesqueira na comunidade que coexiste com características de produção dos pescadores-lavradores.

As diferentes artes de pesca empregadas durante a atividade pesqueira reforçam as interpretações obtidas acerca do modo de produção pesqueiro da comunidade, destacando-se a coexistência de cercos fixos no estuário, redes de tamanhos variados e um barco de madeira semi-mecanizado utilizado na pescaria de arrasto de camarão, no qual a despesca é realizada através da força mecânica dos braços e a autonomia não passa de algumas horas. Um total de 11 artes de pesca diferentes foram citadas pelos

interlocutores, totalizando 78 citações, sendo que rede de espera no estuário do rio Una foi a técnica mais citada, seguido de rede estaqueada na praia, redes – sem especificação de local ou característica, lanço de pesca, mergulho e picarés (Tabela 1).

Tabela 1 – Artes de pesca citadas pelos interlocutores durante as entrevistas semi-estruturadas (n = 10), os respectivos números de citações (*N citações*) compilados independente de recurso alvo ou ambiente de pesca.

<i>Artes de pesca citadas</i>	<i>Número de citações</i>
<i>Rede de espera no estuário do rio Una</i>	24
<i>Rede estaqueada na praia</i>	11
<i>Redes não especificadas</i>	8
<i>Lanço (lanço de pescada ou caratinga)</i>	7
<i>Extrativismo de ostra</i>	6
<i>Picaré ou arrasto de praia</i>	6
<i>Caceio (rede de espera de deriva)</i>	5
<i>Cerco fixo</i>	4
<i>Coleta manual de caranguejo</i>	4
<i>Rede de arrasto de tangones</i>	2
<i>Tarrafa</i>	1

A rede de espera no estuário do Rio Una é a arte de pesca mais comum entre os pescadores entrevistados, é uma rede de emalhe cujo tamanho de malha varia desde 7 a 20 a depender do recurso alvo, é colocada em diagonal em relação à corrente predominante, de enchente ou vazante, em função da legislação que permite que as redes fiquem em apenas um terço da largura do rio. As redes também devem ficar a uma distância mínima de 500 metros da barra do rio Una e à mesma distância de qualquer encontro de rios, atendendo às legislações. A rede de espera estaqueada de praia é uma rede de emalhe fixa colocada a partir de 3 a 4 metros na praia da Barra do Una, aparentemente esta denominação é utilizada comumente para indicar redes de espera de fundo, como percebido em outras análises.

A arte de pesca ‘lanço’ é utilizada principalmente em ambiente estuarino-dulcícola. A pescaria ocorre com duas pessoas, a rede circunda o cardume deixando uma das extremidades presa na margem do estuário ou rio enquanto a outra ponta fica com os pescadores no barco, ao formar o cerco com a rede se bate com o remo na água, o que espanta os peixes que, ao fugirem, são emalhados na rede que vai se fechando. Em média são realizados quatro a cinco lances cujos principais recursos alvo são a caratinga e a tainha residente no estuário. O ‘lanço’ é considerado eficiente pelos interlocutores para a captura de caratinga, pois este peixe ocupa hábitat entre os galhos na beira do rio Una, local no qual outras redes não conseguem alcançar sem enroscarem.

A captura do caranguejo ocorre nos mangues durante a estação quente. Os pescadores saem do portinho da comunidade nos barcos de alumínio ou fibra

motorizados, ora ligam os motores, ora usam o remo, a depender da distância que fica o manguezal no qual será realizada a coleta, como acessórios essenciais estão: sapato fechado para andar na lama e no meio das raízes aéreas, luvas grossas como as de pedreiros e sacos reforçados, como os sacos de ração de cachorro. A coleta dos caranguejos se dá quando estes estão andando, as mãos hábeis escolhem os maiores, pegando-os pelo cefalotórax e colocando-os dentro dos sacos. O extrativismo de caranguejo é temporalmente localizado e uma atividade que evidencia o caráter de “companha” da pesca tradicional, no qual os pescadores vão com amigos e parentes realizar a extração a depender do autoconsumo ou quando há encomendas para comercialização. Também é realizado o extrativismo de ostras nas pedras no fundo do rio Una, estas são coletadas através de mergulho em apnéia com a utilização ou não de martelo e talhadeira para a retirada do animal. A retirada do marisco nos costões é típica da estação quente, realizada durante a lua cheia ou nova, na maré baixa, quando os pescadores vão andando até o costão e fazem a coleta.

O picaré ou arrasto de praia é uma arte de pesca considerada como tradicional da cultura caiçara, em especial para a captura da tainha em seu período migratório (Diegues, 2004). O picaré também foi descrito pelos interlocutores como uma pescaria de “companha” no qual os moradores se ajudam para a captura dos cardumes que vêm do Sul, com dois ou mais homens puxando a rede e os demais auxiliando na despesca. Na comunidade de Barra do Una, o picaré está associado à captura de tainha no inverno e parati na estação mais quente, o último voltado essencialmente para a subsistência.

O cerco fixo havia sido abandonado na comunidade desde 1990 em função de proibição da Fundação Florestal em retirar bambu para sua confecção devido à implementação da unidade de conservação de proteção integral Estação Ecológica Jureia-Itatins, a qual não reconhecia os direitos e nem a permanência das comunidades caiçaras locais, entendendo as mesmas como inimigas da conservação (Nunes, 2003; Castro *et al.*, 2015; Sanchez, 2016). Depois de um hiato de quase 30 anos, em 2018 foi concedida autorização pelo órgão gestor e a técnica tradicional foi retomada.

Esta arte de pesca é uma armadilha fixa, a qual descende de tradições indígenas para a captura de espécies de peixes migradoras (Diegues, 2001), que se constitui como arte de pesca tradicional essencial para a cultura caiçara. Uma estrutura de mourões (estacas) e taquaras (bambus) é construída de forma que os peixes sejam parados pela ‘espia’ ou pelos ‘ganchos’ do cerco, margeiem as paredes de taquara, entrem pela ‘porta do cerco’ e fiquem presos na ‘casa de peixe’, ficando perdidos ao sair por conta do

pequeno tamanho da porta e pelo formato em V da armadilha, somado às características de movimentação dos peixes no mesmo sentido da maré que impedem que parem de frente a porta colocada de forma proposital paralela às correntes de maré (Oliveira, 2007). A despesca é manual e realizada com o auxílio de uma rede cujo tamanho da malha da rede utilizado permite que apenas peixes grandes sejam capturados. O cerco fixo é uma arte de pesca tradicional do litoral sul de São Paulo que envolve a aplicação de profundo conhecimento ecológico local sobre os recursos-alvo e as condições oceanográficas e meteorológicas do ambiente (Mendonça *et al.*, 2011).

Já a rede de arrasto é utilizada apenas em ambiente costeiro com uma embarcação de madeira (única na comunidade) de motor de 60 Hp e comprimento de 8 metros. São utilizadas duas redes de arrasto ao mesmo tempo, caracterizando o arrasto de tangones, cujos recursos alvo são o camarão sete-barbas e o camarão branco e a despesca da rede é realizada manualmente. Mesmo apresentando aspectos de pescaria embarcada, a tecnologia empregada é manual, os companheiros de pesca são baseados na unidade familiar e relações de parentesco e nenhum equipamento para localização dos recursos é empregado, reforçando a discussão já apresentada sobre o modo de produção caracterizado pela pequena produção mercantil dos pescadores artesanais com características da produção dos pescadores-lavradores, segundo Diegues (2004).

Através de entrevista com o morador mais velho da comunidade, nascido em 1938, registrou-se o saber-fazer da rede de ‘tucum’, palmeira nativa, usada para a pesca de ‘robalão’ e sargo. Bem como destacou-se os tipos de madeira empregados no ofício da canoa a remo, o ‘guapiruvu’, ‘quimbuva’ e ‘imbira’, saber-fazer que está se perdendo na comunidade e apenas um pescador antigo é detentor desse conhecimento. A partir do linho da ‘imbira’ que era feito o cabo da rede utilizada nas pescarias. Estas técnicas não são mais utilizadas na comunidade, possivelmente como reflexo da forte repressão às atividades tradicionais quando foi criada a Estação Ecológica Jureia-Itatins, dentre elas o corte de árvores para construção de canoas e o extrativismo de materiais florestais para uso dos moradores (Castro *et al.*, 2015), bem como em função da adoção de inovações tecnológicas como as redes de náilon e os barcos de alumínio.

Também foram citadas artes de pesca pretéritas: espinhel, ‘grozeira’ e tarrafa. O espinhel era uma linha composta por 20 a 30 anzóis e uma boia, utilizada para pescar tanto em ambiente estuarino quanto costeiro, utilizando canoas a remo para realizar a pescaria. Atualmente espinheis são empregados na pescaria do bagre branco no estuário. Já a ‘grozeira’ era um cabo com 5 a 6 anzóis com poita em uma das extremidades,

colocado na praia para a captura de peixes de grande tamanho na subida da maré, em especial cações e raias, que eram abundantes na região, segundo o interlocutor.

As áreas de uso das diferentes artes de pesca registradas no presente estudo se estendem pelos ambientes costeiro (até 10m), estuarino e dulcícola, configurando um território de pesca sobreposto por quatro unidades de conservação - três de uso sustentável e uma de proteção integral. Em função das distintas formas de apropriação e reivindicação do território, foram identificados dez conflitos ambientais da tipologia territorial (Tabela 2), atrelados a diferentes aspectos-chave: autodeclaração de comunidade tradicional, gestão territorial e gestão e manejo da pesca artesanal; seguidos por oito conflitos do tipo distributivo, associados em sua maioria às questões de gestão territorial, social e um à gestão da pesca; e ausência de conflitos espaciais.

Tabela 2 – Conflitos, questões-chave e tipologias (conforme Zhouri & Laschefski, 2010) identificadas via observação participante, entrevistas semi-estruturadas (n = 10) e análise das atas do Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una no ano de 2019.

Tipos	Questão-chave	Descrição sucinta	Método de coleta de dados		
			Entrevistas	Obs. Participante	Atas
Territorial	Autodeclaração de comunidade tradicional	Veto de participação no Conselho Deliberativo		X	
		Retirada de famílias consideradas tradicionais		X	X
	Gestão Territorial	Burocracia para reformas e construções	X	X	X
		Retirada de veranistas e demolição de casas		X	X
		Regularização fundiária		X	X
		Redistribuição lotes pós júízo (Ação Civil Pública)		X	
Distributivo	Social	Distribuição de lotes desocupados para moradores		X	X
		Instalação de telefone e internet gratuitos	X	X	
		Infraestrutura básica (escola, posto de saúde, saneamento básico, coleta de lixo, transporte público, estrada de acesso)			X
		Manutenção do sistema de captação e distribuição de água da “Cachoeira do Maceno”		X	X
		Oportunidade para permanência da juventude	X	X	X
		Utilização dos recursos do BID			X
Territorial	Gestão e manejo da pesca artesanal	Legislações inadequadas (defeso)	X		X
		Restrição territorial da pesca no mar - legislação da APA Marinha Litoral Sul	X		X
		Proibição de artes de pescas tradicionais (rede estaqueada de praia, rede de deriva boaiada)	X		X
		Inclusão de conhecimento local no manejo	X		
		Fiscalização da atividade pesqueira na RDS	X		X
		Proibição da pesca em água doce (EEJI - Rio Comprido) e na barra dos rios	X		X

A questão da autodeclaração da comunidade tradicional apareceu como elemento estruturante de diversos conflitos, por suscitar formas distintas de apropriação do território que coloca em choque uma ‘noção de tradicional’ associada à “adesão à tradição”, noção assinalada como contraditória, visto os conhecimentos atuais da Antropologia (Carneiro da Cunha & Almeida, 2014), contra o caráter político e de mobilização que esta categoria ‘tradicional’ representa para os moradores. Pois,

“a noção de “tradicional” não se reduz à história e incorpora identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização” (Almeida, 2004, p. 10).

Nesse sentido, o veto de alguns moradores da comunidade em ocuparem cadeiras destinadas a moradores tradicionais por motivos de não concordância com o que o órgão gestor entende como tradicional (estar presente no Cadastro Geral de Ocupantes de 1990) revela que, mesmo sendo eleitos por serem parte desta comunidade e terem representatividade, o Conselho Deliberativo se tornou refém da gestão, uma vez que o órgão gestor é soberano para a decisão, o que limita ou até mesmo elimina a importância de Associações e coletivos locais (Almeida & Rezende, 2015).

Da mesma forma, a retirada de famílias consideradas não tradicionais pelo órgão gestor, mesmo que a comunidade tenha atestado seu pertencimento à comunidade através de abaixo-assinados, evidenciam diferentes territorialidades. Ou seja, uma ideia pregada pela gestão na qual o ‘ser tradicional’ é estático e atemporal, categoria transmitida apenas por laços consanguíneos e que, então, negligencia questões culturais e sociais importantes, como o casamento e o estabelecimento de relações de compadrio e parentesco que definem o ‘ser tradicional’ para a própria comunidade. Evidencia-se, assim, a “sobreposição de reivindicações de diferentes segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial.” (Zhouri & Laschefski, 2010, p. 23).

A burocracia, descrita pelos moradores como lenta, tanto para reformas quanto para a construção de novas casas (restritas apenas aos moradores considerados ‘tradicionais’ pelo órgão gestor) refletem o autoritarismo da territorialidade imposta pelo estado, uma vez que a comunidade pode permanecer no território desde que atenda as “políticas de ordenamento territorial de caráter centralizador e autoritário fundamentadas na razão instrumental do estado e na exclusividade do estado em torno de decisões sobre essas políticas” (Little, 2004, p. 278). Da mesma forma, a retirada dos

veranistas demonstra mais uma vez o embate das diferentes formas de apropriação do espaço, para o estado apenas os tradicionais podem permanecer nesta área ambientalmente importante de ser conservada por serem ‘natos ecologistas’, já os moradores advogam pela permanência dos veranistas e suas residências, pois são fonte de renda importantes para a reprodução econômica da comunidade.

A regularização fundiária dos lotes é outra questão central nos conflitos, em especial a forma de distribuição dos lotes vazios e daqueles já regularizados judicialmente. Ou seja, este conflito relaciona-se à distribuição e acesso ao espaço e à gestão territorial, fundamental para a reprodução material e imaterial da comunidade. Embora a regularização dos lotes tenha um caminho proposto: esperar o final dos processos de Ação Civil Pública para redistribuição pelo órgão gestor àqueles moradores que forem considerados por ele como tradicionais e necessitados. Porém, importante ressaltar que diversos outros espaços comunitários de uso na vida social caiçara ainda demandam reconhecimento formal, assim, podem se desenvolver em futuro próximo, na comunidade de Barra do Una, pressões pelo reconhecimento de territórios que não se enquadram nas categorias pré-estabelecidas pelo IBGE ou INCRA (Almeida, 2004).

O sistema de distribuição de água potável da cachoeira do Maceno é outro conflito do tipo distributivo muito recorrente nas atas do Conselho Deliberativo no ano de 2019. Apesar do direito à água ser assegurado na Constituição Federal, bem como o direito a saúde, educação, saneamento básico e coleta de lixo, estes são pauta de disputa entre os moradores e os diferentes níveis de administração pública, afetando a qualidade de vida. O acesso à internet e telefone móvel expressa mais um conflito distributivo percebido como relevante para a permanência e a segurança de pescadores artesanais para consulta de previsão do tempo e tábuas e marés. Castro *et al.* (2015) evidenciam uma forte relação entre o fim das escolas na região da Juréia com a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins e a evasão de moradores caiçaras para as periferias das cidades de Iguape e Peruíbe, o que suscita a complexidade destes conflitos distributivos de cunho social referentes ao acesso a direitos básicos, em especial escola e posto de saúde, que podem vir a causar, novamente, a desagregação da comunidade tradicional e sua expulsão em busca de melhor qualidade de vida e melhores oportunidades para os mais jovens.

A fiscalização da atividade pesqueira, as legislações e instruções normativas, a proibição da pesca na EEJI, a proibição de artes de pesca tradicionais e períodos de

defeso foram enfatizados como conflitos que impactam negativamente a atividade pesqueira. A restrição territorial em ambiente marinho, sobreposto pelas APA Marinha Litoral Sul e Litoral Centro, bem como restrições territoriais para a pesca em água doce e na Praia do Una (por terra), pertencentes à Estação Ecológica Juréia Itatins, evidenciam distintos modos de apropriação do território configurando-se outro conflito de cunho territorial que, conforme Zhouri & Laschefski (2010), pode coexistir e até mesmo resultar em conflitos de outras tipologias. Assim, podemos perceber um cunho distributivo nesses conflitos, pois influenciam o acesso dos pescadores artesanais tradicionais da comunidade a pontos de pesca e a recursos pesqueiros localizados em seu território tradicional que foi posteriormente sobreposto pelo ordenamento territorial autoritário do estado brasileiro na forma de unidades de conservação, sejam elas de uso sustentável ou de proteção integral.

Importante salientar que a proposta de recategorização da Estação Ecológica Juréia-Itatins apresentada pelos moradores tradicionais organizados na União dos Moradores da Juréia contava com quatro Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis que abrangeriam toda extensão do Rio Una e as áreas marítimas utilizadas pelas comunidades (Almeida *et al.*, 2013), porém esta proposta foi rejeitada em audiência pública por setores ambientalistas (Castro *et al.*, 2015). Todavia, podemos supor que a configuração sugerida pelos caiçaras poderia ter evitado diversos conflitos territoriais identificados na comunidade Vila Barra do Una no presente, em especial os relacionados à atividade pesqueira tradicional.

A construção das legislações e normativas com pouca ou nenhuma participação da comunidade ou inclusão de seus conhecimentos demonstra que a racionalidade do estado ora reconhece a importância das comunidades na conservação ora não os considera como relevantes para as decisões no manejo pesqueiro. Foram citadas, durante as entrevistas e nas reuniões do Conselho Deliberativo em 2019, certas dúvidas e até mesmo o desconhecimento das regras de pesca vigentes na APA Marinha Litoral Sul, bem como descontentamento com normativas que proíbem artes de pesca importantes para a reprodução social, cultural e econômica da comunidade criadas sem sua participação, além da imposição de períodos de defeso, considerados inadequados à realidade local percebida no cotidiano do saber-fazer dos pescadores.

Portanto, apesar da existência da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una, uma unidade de conservação de uso sustentável que, teoricamente, concilia a conservação da biodiversidade com a sociodiversidade, os conflitos de cunhos

territoriais e distributivos latentes demonstram que existem diferentes formas de apropriação do espaço geográfico em disputa. Esta se dá, muitas vezes, centrada no embate entre a noção de ‘tradicional’ utilizada pela gestão das diferentes unidades de conservação sobrepostas ao território tradicional e o ‘ser tradicional’ para a comunidade. Isto evidencia, de certa forma, uma desconexão entre as políticas públicas que reconhecem o direito das comunidades tradicionais (*e.g.*: lei estadual 14.982/2013 de criação do MUCJI; Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais, decreto 6.040/2007; SNUC), e a sua operacionalização em ações concretas dentro das UCs, o que pode vir minar tentativas de manejo de base comunitária ou co-manejo, evidenciando suas fragilidades e falhas (Gasalla, 2011).

Ao mesmo tempo em que o Estado reconhece a presença da comunidade e sua importância sociocultural, também a desconsidera ou restringe em questões burocráticas e de gestão pesqueira. Mesmo que “é claro que no Brasil uma política ecológica sólida e viável deve incluir as populações locais” (Carneiro da Cunha & Almeida, 2014, p. 287). Assim, há um descompasso da institucionalidade em incorporar em seu aparato burocrático a realidade comunitária e o modo de vida das comunidades tradicionais, em especial o modo de produção e o saber-fazer da pesca artesanal tradicional. Portanto,

“Uma real mudança de política exigiria a devolução dos sistemas de gestão comunitária nos Territórios Tradicionais (...), bem como a reformulação do SNUC de modo a reconhecer de direito o papel dos Povos e Comunidades Tradicionais para a proteção e uso sustentável dos territórios que ocupam tradicionalmente.” (Almeida & Rezende, 2013, p. 192)

Considerações Finais

Diferentes artes de pesca são empregadas na pesca costeira e estuarina da comunidade tradicional de Vila Barra do Una, desde a pesca semi-mecanizada de arrasto de camarão, o extrativismo por mergulho em apneia, bem como a retomada do tradicional cerco-fixo caiçara desde 2018, demonstrando uma imbricada relação entre os recursos naturais pesqueiros, saberes tradicionais e o modo de vida da comunidade. Logo, sugere-se a importância da comunidade tradicional e seus conhecimentos produzidos cotidianamente no saber-fazer, como os conhecimentos ecológicos de pesca para a conservação e gestão pesqueira.

Os diversos conflitos ambientais evidenciam o embate latente produzido pelas diferentes territorialidades em choque no mesmo recorte espacial, expresso entre a comunidade tradicional caiçara e as várias expressões do Estado, neste caso, as unidades

de conservação e as legislações de ordenamento pesqueiro, que implicam em conflitos latentes dos tipos territorial e distributivos. Porquanto, apesar da criação da RDS Barra do Una, diversos são os desafios para que a importância e os direitos da comunidade tradicional sejam efetivamente reconhecidos para a conservação da sociobiodiversidade.

Referências Bibliográficas

- ACSERALD, H. As práticas sociais e o campo dos conflitos. In: ACSERALD, H. (orgs.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Boll, 2004.
- ALLUT, A.G. Conocimineto “experto” y su papel in el diseño de nuevas politicas pesqueras. In: DIEGUES, A.C., org. **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. NUPAUB – USP: Hucitec, 2000. cap. 5, p. 101-125.
- ALMEIDA, A.W.B. Terras Tradicionalmente Ocupadas – Processos de Territorialização e Movimentos Sociais. *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*, v.6, n.1, 2004.
- ALMEIDA, A.W.B; MARIN, R.A. (orgs.); equipe de pesquisa LIMA, A.S. ... [*et al.*]. **Nova Cartografia Social de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Comunidades Tradicionais Caiçaras da Juréia, Iguape-Peruíbe**. Manaus: UEA Edições, 2013.
- ALMEIDA, M.W.B & REZENDE, R.S. Uma Nota sobre Comunidades Tradicionais e Unidades de Conservação. *Ruris*, v.7, n.2, 2015.
- ANDRIOLLI, C.; LIMA, A.S.; PRADO, D.M. A produção de um plano de uso tradicional pelos caiçaras da Juréia: um estudo etnográfico de um experimento de cooperação entre conhecimento tradicional e pesquisa acadêmica. In: 30ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, João Pessoa, 2016.
- ARRUDA, R.S.V. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos naturais em Unidades de Conservação. 1999. In: DIEGUES, A.C., org. **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. NUPAUB – USP: Hucitec, 2000. cap. 12, p. 273-300.
- ASMUS, M.; KITZMANN, D. Gestão costeira no Brasil - estado atual e perspectivas. Report. *ECOplata, Programa de Apoyo a la Gestión Integrada em la Zona Costera Uruguay*, 2004.
- ATALAY, S. **Community-Based Archaeology. Research with, by, and for Indigenous and Local Communities**. Berkely: University of California, 2012, p.1-28.
- ASWANI, S.; HAMILTON, R.J. Integrating indigenous ecological knowledge and customary sea ternure with marine and social science for conservation of bumphead parrotfish (*Bolbometopon muricatum*) in the Roviana Lagoon, Solomon Islands. *Environmental Conservation*, v. 31, n. 1, p. 69-83, 2004.

- BRASIL. Decreto n.6040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasil, DF, 07 de fevereiro de 2007.
- BERKES, F. Alternative to Conventional Management: Lessons from Small-Scale Fisheries. *Environment*, v.31, n.1, 2003.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. & ALMEIDA, M.W.B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspas e outros ensaios**. COSACNAIFY, 2014. cap. 17, p. 277-310.
- CASTRO, R.R.; REZENDE, R.S. & ALMEIDA, M.W.B. Caminhos fechados: coerção aos meios de vida como forma de expulsão dos caiçaras da Juréia. In: SOUZA FILHO, C.F.M.; JOCA, P.M.; OLIVEIRA, A.C.; B.A.P.; MILÉO; ARAÚJO, E.F.; MOREIRA, E.M. & QUINTANS, M.T.D., orgs. **Direitos Territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais em Situação de Conflitos Socioambientais**. Brasília: IPDMS, 2015. p. 545-567.
- DIEGUES, A.C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: _____, org. **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. NUPAUB – USP: Hucitec, 2000. cap. 1, p. 01-46.
- DIEGUES, A.C. Traditional fisheries knowledge and social appropriation of marine resources in Brazil. *Anais*. Mare Conference: people and the sea. 2001.
- DIEGUES, A.C. **A Pesca Construindo Sociedades: Leituras em Antropologia Marítima e Pesqueira**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.
- DIEGUES, A.C. O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio-ambiente, história e população. *Texto para o CENPEC*, 2007.
- DIEGUES, A.C. The role of ethnosciences in the build-up of ethnoconservation as a new approach to nature conservation in the tropics. *Revue d'ethnoécologie*, v.6, 2014.
- GASALLA, M.A. Do all answers lie within (the community)? Fishing rights and marine conservation. In: CHUENPAGDEE, R., eds. **World Small-Scale Fisheries Contemporary Visions**. Delft: Eburon, 2011. cap. 3, p. 185-203.
- GASALLA, M.A.; de CASTRO, F. Enhancing stewardship in Latin America and Caribbean small-scale fisheries: challenges and opportunities. *Maritime Studies*, v.15, n.15, p.1-7, 2016.
- GASALLA, M.A.; DIEGUES, A.C. People's Seas: "ethno-oceanography" as an interdisciplinary means to approach marine ecosystem change. In: OMMER, R.; COCHRANE, K.; CURY, P.; PERRY, I., eds. **World Fisheries: a social-ecological analysis**. S.l.: Blackwell Sci. Publ., 2008.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 6 ed., 2008.
- GÓMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, A.C., org. **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. NUPAUB – USP: Hucitec, 2000. cap. 6, p. 125-148.

- LEITE, M.C.F.; GASALLA, M.A. A method for assessing fishers' ecological knowledge as a practical tool for ecosystem-based fisheries management: Seeking consensus in Southeastern Brazil. *Fisheries Research*, v.145, p.43-53, 2013.
- LITTLE, P.E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico 2002/2003*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 251-290.
- MENDONÇA, J.T; MACHADO, I.C.; JENSEN, L.V; CAMPOLIMI, M.B; LUCENA, A.; CARDOSO, T.A. Ordenamento da pesca com cercos-fixos no estuário de Cananéia- Iguape- Ilha Comprida. *Arquivos de Ciências do Mar*, v.44, n.2, 2011.
- NUNES, M. **Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Jureia-Itatins/SP**. São Paulo, 2003. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.
- OLIVEIRA, F.C. **Etnobotânica da exploração de espécies vegetais para a confecção de cerco-fixo na região do Parque Estadual Ilha do Cardoso, SP**. Florianópolis, 2007. Dissertação de Mestrado – Centro de Ciências Biológicas – Universidade Federal de Santa Catarina.
- PAJARO, M.G.; MULRENNAN, M.E.; ALDER, J.; VINCENTI, A.C.J. Developing MPA Effectiveness Indicators: Comparison Within and Across Stakeholder Groups and Communities. *Coastal Management*, v.38, p122-143, 2010.
- PEREIRA, B.E.; DIEGUES, A.C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n.22, p.37-50, 2010.
- PORTO-GONÇALVES, C.W. A Ecologia Política na América Latina: Reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. *INTERThesis*, v.9, n.1, 2012.
- RAMIRES, M.; MOLINA, S.M.G; HANAZAKI, N. Etnoecologia caiçara: o conhecimento dos pescadores artesanais sobre aspectos ecológicos da pesca. *Biotemas*, v.20, n.1, p.101-113, 2007.
- SANCHES, R.A. Caiçara Communities of the Southeastern Coast of São Paulo State (Brazil): Traditional Activities and Conservation Policy for the Atlantic Rain Forest. *Human Ecology Review*, v.8, n.2, p.51-64, 2001.
- SANCHES, R.A. Caiçaras e o mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins: desafios para a gestão. *UNISANTA Bioscience*, v.5, n.1, p.1-11, 2016.
- SÃO PAULO. Lei n.14.982, de 08 de abril de 2013. Altera os limites da Estação Ecológica Jureia-Itatins, na forma que especifica, e dá outras providências. São Paulo, SP, 2013. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=169876>. Acesso em: 24 fev. 2019.
- SÃO PAULO. Estudo Técnico para Recategorização de Unidades de Conservação e Criação do Mosaico de UCs Juréia-Itatins. **Secretaria do Meio Ambiente**, 2009. Disponível em: <http://www.jureia.com.br/jureiaitamins.pdf>. Acesso em: 24 jan 2019.

- SILVA PIMENTEL, M.A.; RIBEIRO, W.C. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. *Geosp – Espaço e Tempo* (online), v.20, n.2, p.224-237, 2016.
- SOUZA, M.R. **Etnoconhecimento caiçara e uso de recursos pesqueiros por pescadores artesanais e esportivos no Vale do Ribeira**. São Paulo, 2004. Dissertação de Mestrado – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – Universidade de São Paulo.
- SOUZA, E.E.; SERAFINI, T.Z. Panorama das Unidades de Conservação na zona costeira e marinha do estado de São Paulo. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v.44, p.360-377, 2018.
- SOUZA, T.R. **Dinâmica da pesca artesanal na Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Uma – Peruíbe / SP**. São Paulo, 2019. Dissertação de Mestrado – Programa de pós-graduação Sustentabilidade de Ecossistemas Costeiros e Marinheiros – Universidade Santa Cecília.
- TOLEDO, V.M. Povos / Comunidades Tradicionais e a Biodiversidade. Tradução: DIEGUES, A.C. In: LEVIN, S. et al., (eds.). **Encyclopedia of Biodiversity**. Academic Press, 2001.
- TRIMBLE, M; BERKES, F. Towards adaptative co-management of small-scale fisheries in Uruguay and Brazil: lessons from using Ostrom’s design principles. *Maritime Studies*, v.14, n. 14, 2015.
- ZHOURI, A. & LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A. & LASCHEFSKI, K. (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.